

Entrevista à Professora Doutora Ana Maria Brito



A Professora Ana Maria Brito é Professora Jubilada da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. O seu trabalho desenvolve-se na área da Sintaxe Generativa, ocupando-se sobretudo de temas de Sintaxe Comparada, da interface Sintaxe-Semântica e Sintaxe-Morfologia, bem como da variação sintática em Português. Em 1988, defendeu a sua tese de doutoramento na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, intitulada *A sintaxe das orações relativas em português*, editada três anos mais tarde pelo Instituto Nacional de Investigação Científica.

A carreira da Professora Ana Maria Brito evidencia um enfoque em questões relacionadas com o sintagma nominal, a ordem frásica e as orações relativas e completivas. Não obstante, a sua vasta produção evidencia um interesse genuinamente amplo por uma diversidade de questões sintáticas relativas à língua portuguesa.

Entre os diversos aspetos que poderiam ser referidos, optamos por mencionar os vários seminários que a Professora Ana Maria Brito orientou em diversos locais do globo (Moçambique, Alemanha, Brasil), o facto de ter dirigido durante vários anos a revista *Linguística, Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto*, um mandato na presidência da Associação Portuguesa de Linguística, à qual está ligada desde as suas origens. Para além disso, a Professora é autora e coautora de livros, entre eles, a *Gramática da Língua*

Portuguesa, tendo ainda escrito dezenas de artigos e capítulos de livros nas suas principais áreas de investigação.

A importância do trabalho desenvolvido pela Professora Ana Maria Brito ao longo de várias décadas torna-a uma figura incontornável nos estudos linguísticos em Portugal, razão pela qual a revista *elingUP* não poderia deixar de lhe dirigir um convite para uma entrevista.

As circunstâncias que vivemos desde março de 2020 impediram uma entrevista presencial. Contudo, a Professora Ana Maria Brito simpaticamente respondeu por escrito às perguntas elaboradas pelas estudantes Beatriz Martins, Mariana Silva, Rita Cunha, Renata Rodrigues e Violeta Magalhães. O resultado desta conversa virtual em diferido é agora apresentado.

Esta entrevista constitui-se também como um enorme agradecimento à Professora Ana Maria Brito. Nas suas aulas, na orientação que muitos de nós recebemos, nos seus comentários e explicações, pudemos conhecer a simpatia e a sabedoria da Senhora Professora. Esses ensinamentos guiaram muitos de nós e continuarão, com certeza, a inspirar o nosso trabalho futuro.

A Senhora Professora nasce no distrito de Viseu, mais precisamente em S. Pedro do Sul. Quando decide ir estudar para o ensino superior, escolhe o curso de Filologia Românica e a FLUL. Porquê a opção por este curso e por esta faculdade em detrimento das opções que à época seriam oferecidas pela Universidade de Coimbra e pela Universidade do Porto?

Ter nascido em S. Pedro do Sul foi um pouco um acaso na minha vida. O meu pai era juiz e, nos anos da ditadura, era regra no país os juizes não estarem muito tempo em cada comarca. Nasci em S. Pedro do Sul, mas saí de lá com 15 dias ou um mês de idade, não sei bem... Estudei em muitas cidades e liceus e fiz o 7.º ano, o atual 11.º ano, em Viana do Castelo. Quando fui para a Universidade, fui, na realidade, para a Universidade de Coimbra estudar Filologia Românica. Nesse ano, ainda não havia o curso na Universidade do Porto e a minha irmã estudava Direito em Coimbra. Por isso, a escolha por Coimbra impôs-se naturalmente. Todavia, em 1969, o meu pai foi mais uma vez deslocado para Lisboa e, estando eu no final do 1.º ano, acompanhei os meus pais e entrei na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL) em outubro de 1969.

Quanto à escolha pela Filologia Românica, ela não foi imediata. No final do antigo 5.º ano, as escolhas do curso a tomar eram ainda Românicas, Arqueologia, Matemática... Depois de um verão de muito pensar, venceram as Românicas, porque, para além do Português, a

língua francesa me cativou, logo no 1.º ano no Liceu de Viseu, graças a uma professora de que esqueci o nome e que nem sabe como foi marcante na minha escolha!

Em 1976, a Senhora Professora vem para a Faculdade de Letras da Universidade do Porto lecionar como Assistente. Qual foi a motivação da vinda para o Porto? Terá estado relacionada com a vontade, comum a outras professoras investigadoras, como à Professora Inês Duarte e à Professora Fátima Oliveira, de trabalhar com o Professor Óscar Lopes?

Como já disse há pouco, entrei na FLUL em 1969, no 2.º ano de Filologia Românica. O curso era ainda de cinco anos. Nesse curso tive ocasião de contactar com um grupo de estudantes excepcional (Isabel Faria, Eduardo Paiva Raposo, Inês Duarte, Fátima Oliveira, Gabriela Matos, entre outros) e de professores (Lindley Cintra, Maria Helena Mateus, Maria Emília Marques, Malaca Casteleiro), que marcaram decisivamente a minha escolha pela Linguística. Tive igualmente professores de Literatura muito importantes, Alzira Seixo, Maria Lúcia Lepecki, David Mourão Ferreira, Osório Mateus e outros; porém, escolhi fazer o Seminário (uma disciplina do 5.º ano) em Linguística e preparei-me, no ano seguinte, para fazer a minha dissertação de licenciatura. Estávamos em 1973-74 e, ao mesmo tempo que ia escrevendo a dissertação, ia fazendo traduções, dava explicações. E, entretanto, aconteceu o 25 de Abril de 1974; houve modificações no plano curricular dos cursos e a dissertação de licenciatura foi suprimida, razão pela qual nunca a completei.

Entretanto, como conto noutros textos, numa viagem de finalistas a Inglaterra, por ocasião de um congresso em Cambridge, na Páscoa de 1973, conheci o Professor Óscar Lopes e aí teve início uma bela amizade. Com o 25 de Abril de 1974, a entrada do Professor Óscar Lopes na Faculdade de Letras da Universidade do Porto e a necessária renovação do corpo docente em Linguística na Faculdade, houve um convite àquelas três jovens que tinham ido na viagem de curso a Inglaterra (eu própria, a Inês Duarte, a Fátima Oliveira) e, assim, em 1975, viemos pela primeira vez ao Porto, fomos contratadas e em janeiro de 1976 começámos a trabalhar. A convivência com o Professor Óscar Lopes foi realmente uma experiência marcante na minha vida, pois, além de ser um linguista excepcional, era possuidor de uma cultura humanista e científica fora do comum.

Ao longo da sua carreira, tem-se dedicado intensamente ao estudo da Sintaxe. Numa fase inicial, como surgiu o interesse pela Sintaxe?

Na fase inicial da minha carreira não era ainda óbvia a escolha pela Sintaxe, embora fosse antigo o meu gosto por esta área da gramática. Nesses primeiros anos, dei aulas de

Introdução aos Estudos Linguísticos, li muito e estudei em várias áreas. A certa altura até me interessei por Análise de Discurso e, em Paris, em 1978, eu, a Inês Duarte, a Fátima Oliveira, a Fernanda Dantas, a nossa querida e saudosa amiga, até conhecemos pessoalmente Michel Pêcheux e outros nomes importantes da Sociolinguística e da Linguística Francesa, alguns dos quais acabaram por vir ao Porto fazer seminários. O Centro de Linguística da Universidade do Porto (CLUP), entretanto criado em 1976, recebeu nesses anos muitos professores, nacionais e estrangeiros, tendo-se tornado um ponto de passagem de inúmeros linguistas, representantes de muitas correntes e teorias linguísticas.

Quando comecei a preparar o doutoramento, o interesse pela Análise de Discurso tinha esmorecido e já era clara a minha escolha pela Sintaxe, tendo o tema das orações relativas surgido quase naturalmente, dado que já na Faculdade de Letras de Lisboa o tinha tratado na disciplina de Seminário e no seu Relatório Final. A escolha pela Sintaxe justificou-se, igualmente, pela consciência cada vez mais clara da importância dessa área na arquitetura da gramática.

Em 1988, a Senhora Professora apresenta a sua dissertação de doutoramento, intitulada A sintaxe das orações relativas em português, que foi mais tarde editada pelo INIC. Essa dissertação enquadra-se na Teoria da Regência e da Ligação, que, na época, era a teoria dominante do programa teórico da Gramática Generativa-Transformacional. Esse programa foi sofrendo modificações até atingir, em 1995, a forma de Programa Minimalista. No entanto, desde há já algum tempo que a Senhora Professora tem trabalhado sob o quadro teórico da Morfologia Distribuída (MD). Como vê esses avanços da Gramática Generativa e a sua pertinência na atualidade? E porquê a opção pela MD entre as várias outras correntes generativas?

Desde os anos 70, enquanto estudante, eu tinha acompanhado os vários modelos construídos por Chomsky. Em 1957, Chomsky publica *Syntactic Structures*, que é verdadeiramente a primeira tentativa de elaborar um modelo algorítmico que desse conta das frases gramaticais em Inglês, muito marcado pela separação Sintaxe-Semântica. No modelo de *Aspects of the Theory of Syntax*, de 1965, o Léxico começa a ter alguma importância, mas o modelo tem ainda pouco poder explicativo em relação à aquisição, à variação, à mudança. Esse panorama altera-se bastante com as famosas *Lectures on Government and Binding*, proferidas por Chomsky em Pisa em 1979 e publicadas em livro em 1981. Tive a oportunidade de contactar com essa obra talvez um ano antes da sua publicação, através de

uma fotocópia que um dos meus amigos de Lisboa me enviou; e essa leitura, quando estava a começar a preparar o meu doutoramento, foi uma experiência importante. A Teoria da Regência e da Ligação era uma teoria com vários módulos, desde a Teoria X-Barra, que tratava da estrutura dos constituintes, a Teoria da Ligação, que estudava as condições de distribuição de anáforas e pronomes, a Teoria Temática, que analisava as condições a que obedecia a atribuição de papéis temáticos, a Teoria do Caso, entre muitos outros aspetos. A Teoria da Regência e da Ligação tinha bastante poder descritivo e explicativo e permitia analisar muitas línguas até aí pouco estudadas em Sintaxe, as línguas românicas, o Alemão, as línguas escandinavas, as línguas eslavas, o Chinês, entre muitas outras. A Teoria da Regência e da Ligação foi, para mim, sem dúvida, a teoria mais integradora, mais inovadora, mais coerente com que trabalhei.

No quadro dessa teoria fui capaz de responder a algumas questões de investigação que coloquei a propósito das orações relativas, o tema central da minha tese de doutoramento: qual a estrutura do SN mais adequada para albergar as orações relativas? Como se explica a ocorrência de certos pronomes relativos nas relativas restritivas e nas relativas não restritivas? Há relativas sem antecedente ou livres e, se sim, qual a sua estrutura?

Nas décadas seguintes dediquei-me, como é óbvio, a muitos outros fenómenos gramaticais e, se olharem para o meu currículo, foram mesmo muitos os temas tratados.

Desde sempre as relações entre nomes e verbos me interessaram, em particular um tipo de nomes muito especiais, as nominalizações deverbais, assim como fenómenos de conversão, designados tradicionalmente como de derivação imprópria. E foi precisamente ao estudar processos de conversão e nominalizações deverbais que conheci a Morfologia Distribuída, uma teoria formada por Alec Marantz e outros nos anos 90, alternativa ao modelo da Teoria da Regência e da Ligação e que eu adotei sobretudo a partir da visão de Artemis Alexiadou, linguista que muito admiro. A ideia de que as nominalizações deverbais pudessem ser formadas em Sintaxe, a partir de raízes acategoriais, interessou-me imensamente e, por isso, em dois ou três trabalhos propus esse modelo. Alec Marantz defende que não há verbos e nomes com as respetivas estruturas argumentais num nível que se possa chamar Léxico, porque o que há são raízes e as palavras complexas vão sendo construídas em Sintaxe. Assim, a gramática construiria palavras na Sintaxe pelos mesmos mecanismos (“compor” e “mover”) a partir dos quais se constroem frases e isso significa que “compor” dois constituintes é uma função das categorias dos constituintes envolvidos, não da operação “compor” propriamente dita. Claro que a Morfologia Distribuída, para poder prescindir de um módulo como o Léxico, tem de prever listas distintas: (i) uma lista de raízes que se juntam a traços morfossintáticos

abstratos (número, pessoa, tempo e traços categorizadores); (ii) itens de vocabulário como sufixos, prefixos e marcas de concordância, que se juntam às raízes e que são inseridos na derivação de acordo com os traços exigidos por determinado contexto; (iii) a Enciclopédia, que articula o conhecimento extralinguístico aos itens de vocabulário já formados nos passos anteriores. Este modelo tem muitas potencialidades a vários níveis.

Veja-se, no entanto, que a Morfologia Distribuída, se levada às últimas consequências, defende que há apenas Sintaxe e isso é uma posição extrema, que levanta problemas. Por um lado, há, provavelmente em todas as línguas do mundo, expressões idiomáticas, com idiosincrasias difíceis de explicar apenas por regras da Sintaxe. Por outro lado, mesmo em relação à formação de palavras, há casos igualmente difíceis de compreender com um tratamento como o que descrevi acima, como em Portugal a equipa liderada pela Professora Graça Rio-Torto não se tem cansado de propor. Por exemplo, por que se diz *grito*, *salto*, *avanço* e não se diz **gritamento* ou **gritação*, **saltamento* ou **saltação*, **avançamento* ou **avançamento*? Todos estes nomes mal formados contêm sufixos de evento disponíveis na língua. Portanto, ao contrário do que preconiza a Morfologia Distribuída, uma hipótese alternativa é considerar-se que certos processos são mesmo necessários numa componente como a Morfologia, estreitamente ligada ao Léxico de certas línguas.

Claro que a Morfologia (flexional e derivacional) está ausente ou praticamente ausente em determinadas línguas, como nas línguas isolantes, como o Chinês, o Vietnamita, o Tailandês.

Isto tudo para dizer que, embora em relação ao tratamento de certos fenómenos, continue a sentir-me atraída pela Morfologia Distribuída, considero que este modelo não tem o poder descritivo e explicativo suficiente para abarcar por si só o espaço de outros modelos.

E, por isso, reparem que, no que diz respeito ao tratamento de construções *wh*, relativas, interrogativas e exclamativas, por exemplo, ou outros fenómenos mais “duros”, digamos assim, eu escolhi a Teoria da Regência e da Ligação, entretanto alterada no sentido de uma Teoria de Princípios e Parâmetros, e, a partir de 1995, substituída pelo Programa Minimalista, modelo que, de modo geral, uso atualmente.

Há neste momento modelos alternativos no quadro do que podemos designar o programa generativo; e, por vezes, na falta de um modelo integrador que nos satisfaça completamente, a escolha de uma ou outra abordagem teórica pode ser determinada pelo fenómeno que estamos a estudar.

Olhando para a vasta contribuição científica da Senhora Professora, poderemos arriscar e dizer que, no fundo, a estrutura do SN e a estrutura argumental dos verbos são os seus problemas preferidos?

Não sei mesmo; é verdade que são dois temas que muito me interessam e que levantam importantes problemas quanto à arquitetura da gramática.

No que diz respeito à estrutura do SN, atraiu-me sobretudo a hipótese de Abney e mais tarde de Longobardi de fazer do Determinante o núcleo das expressões nominais referenciais e, nessa área, penso que fui uma das pioneiras em Portugal da apresentação e desenvolvimento da chamada “hipótese SDET” (Sintagma Determinante). A ideia de que, nas línguas com artigos, esses elementos possam ser o centro funcional das expressões nominais referenciais e de o nome ser apenas o seu núcleo lexical, foi uma ideia importante, que procurei desenvolver nalguns trabalhos. Claro que mesmo as línguas com artigos não os exprimem em diversos tipos de contextos; vejam-se, em Português Europeu, os nomes massivos e os nomes contáveis plurais em posição de objeto (*bebi água, vi filmes*) e em posição de sujeito em frases genéricas (*leões são felinos, pessoas que circulem nestes dias podem ter problemas*). Entretanto, a atenção a línguas sem artigos, como o Chinês, o Latim e tantas outras, fizeram ver que a categoria dos determinantes não é universal e que há que repensar muitos aspetos da sintaxe das expressões nominais. Não tendo nos últimos anos produzido muitos textos nessa área, tenho procurado interessar estudantes de mestrado e de doutoramento sobre o muito que há a descobrir sobre a sintaxe das expressões nominais numa perspetiva comparada.

No que diz respeito aos verbos, atraíram-me sobretudo os verbos de transferência de posse, os verbos de movimento, os verbos copulativos, não só relativamente à estrutura argumental, mas também no que diz respeito à relação entre estrutura argumental e estrutura informacional e ordem de palavras. Mas também aqui o que me interessa essencialmente é articular a parte lexical e a parte funcional; assim, sabemos que um verbo e os seus argumentos não fazem uma frase, uma oração, e para tal têm de ter uma informação de tempo e, por isso, Chomsky (1995) avança com a hipótese de uma frase ser um ST (Sintagma Tempo). O paralelismo SDET / ST interessou-me muitíssimo: com efeito, se adotarmos a perspetiva de Longobardi, entre outros, assim como a categoria do determinante faz de uma expressão nominal uma expressão referencial, também a categoria tempo traz referencialidade ao SV e é o fator crucial para que surja uma proposição.

Outra área que me fascina é a relação sintaxe / discurso, quer através da derivação das frases complexas (relativas, completivas, comparativas e consecutivas, em particular) quer

através da produção de frases com força ilocutória distinta, nomeadamente interrogativas e exclamativas. De novo, interessa perceber, designadamente, a que tipo de categoria funcional a interrogação e a avaliação presente em exclamativas Q estão ligadas. Nos anos 80, Chomsky formula a hipótese de que a sintaxe de certos tipos de orações independentes está ligada à sintaxe da frase complexa. Veja-se no Inglês o paralelismo entre *Who came?* E *I am asking who came*. Daí que o linguista proponha que ambas as construções envolvem um CP (SCOMP; Sintagma Complementador). Rizzi (1997, 2004), a escola italiana em gramática generativa e alguns linguistas da escola francesa têm uma conceção distinta: assim, Rizzi é o autor da chamada hipótese de “split CP”, pela qual a cada traço semântico / pragmático corresponde uma categoria funcional distinta.

Como já disse há pouco, as interrogativas e as relativas, como exemplos de construções *wh*, estão presentes em muitos dos meus trabalhos, em particular na minha tese de doutoramento e em trabalhos mais recentes, escritos com a minha querida amiga Gabriela Matos. Curiosamente, muito do que escrevi em Sintaxe sobre estas construções parte de reflexões semânticas do Professor Óscar Lopes na sua *Gramática Simbólica do Português*, um livro notável, ao qual podemos voltar vezes sem conta, pois nos fornece inúmeras pistas de análise.

Ao longo da sua carreira, a Senhora Professora sempre se interessou pelo estudo da Sintaxe Comparada. Paralelamente, orientou seminários de Linguística Portuguesa em várias universidades no estrangeiro. Em 1993, esteve no Instituto Superior Pedagógico de Maputo, em Moçambique. Já em 1994, deslocou-se à Universidade de Mainz, na Alemanha, e à Universidade de Salvador, no Brasil. Essas experiências influenciaram ou complementaram a sua vida profissional, nomeadamente nos estudos sobre variedades do Português? E que contributos é que uma análise sintática comparada poderá oferecer por comparação ao estudo de uma só língua?

De facto, algumas das minhas viagens a Moçambique (1993, 1999, 2000) e ao Brasil (1994) foram determinantes para sair um pouco da visão europeia da língua portuguesa e fizeram aumentar o meu interesse pela variação. Contaram para isso não só o conhecimento de linguistas como Perpétua Gonçalves, Maria Eugénia Duarte, Charlotte Galves e outros, mas também o contacto direto com variantes do Português diferentes da variante europeia, que nos colocam enormes desafios para a sua compreensão e explicação. Uma das ideias centrais que procurei transmitir nas minhas aulas de Variedades de Português, ideia aliás profundamente laboviana, é a de que as variantes de uma língua, mesmo as socialmente

desvalorizadas, têm gramática própria e obedecem a princípios e regras. Batia-me por esta ideia desde a primeira à última aula, mas frequentemente tive problemas, pois os estudantes estão muito marcados por uma noção normativa de língua e de gramática.

Para quem faz sintaxe desde os anos 80, trabalhar em Sintaxe Comparada – comparando variantes de uma língua ou comparando línguas distintas – é realmente a única maneira interessante de trabalhar em Linguística, pois o que sempre procuramos são os princípios e os parâmetros que regulam as gramáticas das línguas particulares numa perspetiva universal. Por isso, comparar línguas, ou melhor, comparar gramáticas, é, para mim, a maneira mais entusiasmante e a mais desafiadora de estar em Linguística. Ter tido a oportunidade de fazer alguns seminários e conferências em universidades estrangeiras e de ir a congressos foi muito importante para a minha formação. Nos últimos anos, como talvez saibam, tenho viajado pouco, pois, além de ter bastante serviço docente e muitas tarefas profissionais, também tenho uma família, a quem dedico, com gosto, muito do meu tempo!...

Nos últimos anos, a Senhora Professora tem-se interessado pelo estudo da Língua Gestual Portuguesa, tendo inclusivamente publicado vários artigos inseridos no tema. Qual considera ser a importância de um estudo que aproxime as línguas orais e as línguas gestuais e o que lhe parece a atenção que a sociedade presta à LGP?

Essa é uma questão com várias questões dentro. Eu cheguei à Língua Gestual Portuguesa (LGP), língua que não domino, através de uma estudante do Mestrado em Linguística, a Fernanda Bettencourt, que fez, sob minha orientação, em 2015, uma dissertação de mestrado sobre ordem de palavras em LGP, com co-orientação da Celda Morgado. A Celda Morgado não só sabe LGP como leciona Linguística da LGP na ESE do Porto.

Desde há muito me interessava a ideia de que a sintaxe das línguas gestuais, línguas mano-motoras e viso-espaciais, pudesse obedecer a princípios comuns aos das línguas orais, embora articulando processos de linearidade e de simultaneidade num espaço sintático com múltiplas potencialidades morfossintáticas, semânticas e pragmáticas. Por outro lado, nos últimos 50 anos, diversos investigadores, oriundos de várias áreas, como a Neurolinguística, a Psicolinguística, a Linguística, concordam que, a nível da organização neurológica, da aquisição e do processamento, as línguas gestuais têm muitas semelhanças com o que ocorre na aquisição e no processamento das línguas orais e que as línguas gestuais são línguas naturais com idêntico grau de complexidade das línguas orais. Por essa razão, foi com muito entusiasmo que coorganizei, representando o CLUP, com a ESE do Porto, já três encontros

sobre a morfossintaxe das línguas de sinais e que escrevi, sempre a duas ou a três mãos, vários artigos sobre a sintaxe dos Vs de movimento, dos Vs de transferência de posse, mais recentemente sobre os Vs copulativos em LGP e também sobre pronomes. A convite do CLUP, estiveram nestes encontros alguns dos maiores especialistas sobre línguas gestuais, Roland Pfau, Carlo Chechetto, Josep Quer, Brendan Costello, Meltem Kelepir, Ana Mineiro, e tem sido muito bom verificar que estes encontros e estes convites têm estreitado laços entre instituições portuguesas, brasileiras, espanholas, italianas e muitas outras. Além disso, tem sido possível organizar publicações que têm contribuído para o avanço do conhecimento sobre estas línguas de sinais.

Nos últimos anos, a LGP tem tido algum reconhecimento na sociedade portuguesa, mas há muito, muito a fazer, não só no sentido de valorizar a comunidade surda e a sua integração a todos os níveis, mas também em relação à língua e à investigação da sua gramática. Espero sinceramente que a investigação sobre a LGP não desapareça no Porto, quer centrada na ESE quer centrada na FLUP. Claro que há também estudiosos na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, mas mais voltados para os problemas da educação de surdos.

O que diria serem os grandes desafios da Sintaxe nos dias de hoje? Em línguas já amplamente estudadas, como o Português, ainda haverá problemas formais, exclusivamente sintáticos, por descrever?

Apesar de ter havido um enorme avanço no conhecimento da Sintaxe nas últimas décadas, há ainda muito que não sabemos sobre a sintaxe do Português, das suas variantes não europeias, dos crioulos de base lexical portuguesa e de tantas línguas do mundo tão pouco estudadas e, por isso, a investigação fundamental tem de continuar a ser praticada.

Eu própria pertenço neste momento a um projeto sobre variação em Português sobre a expressão da posse e da localização, que envolve Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe, e percebo que há muitos fenómenos por compreender e descrever adequadamente.

Claro que, neste momento, há um grande interesse, por parte das gerações mais novas, por áreas aplicadas, como a Linguística Forense, a Psicolinguística Aplicada, estudos de aquisição e desenvolvimento da Sintaxe, a Linguística Computacional, Estudos de Tradução e, claro, a relação entre Linguística e Ensino e a formação de professores. Estou convicta de que quanto mais soubermos sobre a gramática das línguas mais estamos preparados para aplicar esses conhecimentos ao serviço de uma determinada área. Vejam a tradução, por exemplo; é importante saber muito sobre a gramática da língua de partida e sobre a gramática

da língua de chegada para se ser bom tradutor. Na FLUP, o Mestrado em Tradução e Serviços Linguísticos tem um bom plano curricular a este propósito, dando lugar no seu plano de estudos a unidades curriculares de Linguística, mas outros cursos têm tido menos essa preocupação.

Que conselhos daria a um jovem investigador interessado na área da Sintaxe?

Em primeiro lugar, ler muito, estudar o que se tem produzido em Sintaxe nos últimos quarenta, cinquenta anos, embora com critério, pois a produção de teses, livros, artigos é de tal modo abundante e neste momento tão facilmente acessível pela internet que corremos o risco de não conseguir abarcar tudo o que é importante saber sobre um determinado fenómeno. Conhecer o que foi produzido sobre determinado fenómeno, mesmo em perspetivas teóricas distintas, é um momento crucial para se iniciar a investigação.

Outro conselho é a atenção aos dados: por muito interessante que seja uma hipótese teórica, se ela não capta os dados observados, temos de alterar a hipótese e ir ao encontro de uma nova explicação. Neste momento, apesar do recurso à intuição e à introspeção continuar a ser importante, é absolutamente fundamental procurar dados reais, de *corpora*, que comprovem certas possibilidades combinatórias. Mas, cuidado, haverá sempre construções linguísticas que nós sabemos que são possíveis e que nunca encontraremos nas bases de dados disponíveis. Por isso, há que continuar a usar metodologias mistas, com exemplos criados e manipulados pelo próprio investigador e com recurso a *corpora*.

Investigar em Sintaxe não é uma tarefa simples e há teorias e formalismos que afastam alguns estudantes. Eu percebo que há estudantes que acabam por escolher áreas que consideram mais acessíveis, como a Análise de Discurso e a Pragmática, por exemplo, pois estão convictos de que essas áreas relacionam a linguagem com a sociedade e a cultura. Porém, há que ter alguma atenção em relação a certos modelos, pois, ao colocarem questões demasiado abrangentes e ao formularem hipóteses muito vagas, não estão de facto a fazer ciência e as hipóteses que avançam não são nunca falsificáveis.

Uma coisa que digo frequentemente aos meus estudantes é que, para fazer Linguística, é preciso vermo-nos como cientistas, com aguçado espírito de observação e de procura de generalizações no quadro de um modelo teórico e, quando finalmente vislumbramos o que nos parece ser uma explicação dos fenómenos, esse momento, o da descoberta, dá-nos um prazer imenso.

A Senhora Professora tem várias publicações sobre a articulação entre estudos gramaticais e ensino. Além disso, foi também regente da UC Oficina de Gramática de Língua Portuguesa, lecionada no Mestrado em Ensino de Português na FLUP. Nesse sentido, o que é que nos poderá dizer sobre a importância desta relação na formação dos professores? E quanto à própria estrutura curricular dos mestrados em ensino do Português na FLUP, não estará esta demasiado distante do que se faz nos mestrados em Linguística ou em Estudos Literários?

Tenho, de facto, alguns trabalhos nesta área. Penso que tive um papel importante na FLUP ao aceitar lecionar a Oficina de Gramática de Língua Portuguesa, do Mestrado em Ensino de Português. Houve um ano em que tive uma só estudante, mas, nos anos seguintes, a disciplina ganhou estudantes e ganhou prestígio, tendo-a abandonado para dar lugar a docentes mais jovens.

É uma área muito importante para a qual têm de contribuir os linguistas, em estreita colaboração com docentes de Português e professores que há muito se dedicam à formação de professores.

Nestes últimos anos, tenho estado bastante afastada dessa área. Contudo, há várias razões para não ter investido mais, ao contrário do que fizeram, por exemplo, os meus amigos e colegas Inês Duarte e João Costa. Uma dessas razões é ter tido apenas uma muito breve experiência de ensino de Português nos Ensinos Básico e Secundário no já longínquo ano de 1975; outra razão fundamental é mover-me mal nos meandros da legislação sobre o ensino.

Porém, uma coisa é certa: o contacto regular com professores que trabalham e vivem o dia-a-dia das escolas tem-me ensinado que uma das melhores armas para se ser um bom professor de Português é ter uma sólida formação em Linguística nos seus vários domínios, pois só assim o professor está apetrechado para seleccionar os conteúdos mais importantes, para perceber o que é trabalhar oficialmente a gramática em sala de aula, para apreciar criticamente programas, materiais de ensino, tantas vezes medíocres...

Nesse sentido, é crucial fornecer aos futuros professores de língua portuguesa a melhor formação possível, incluindo sólidos conhecimentos linguísticos, sem descurar a componente literária, é certo, visto que os professores de Português são, sobretudo no Ensino Secundário, simultaneamente professores de língua e professores de literatura.

As Faculdades de Letras têm-se esforçado, nos últimos anos, em dar a melhor formação possível aos futuros docentes; nesse sentido, se há alguma coisa a mudar na estrutura curricular dos mestrados em ensino do Português na FLUP, seria reforçar alguma

preparação em Linguística, designadamente permitindo ainda mais o acesso a unidades curriculares de opção, que afinal são lecionadas na mesma instituição.

Enquanto docente já foi responsável por variadas disciplinas, lecionando atualmente outras tantas, tais como Linguística Geral, Temas de Sintaxe ou Sintaxe Comparada. Ao olhar para esse longo percurso de docência, o que é que nos poderá dizer sobre ele? Mudaria algo na forma como tem ensinado?

A experiência docente ao longo destes quarenta e tal anos na FLUP foi das coisas mais importantes e bonitas da minha vida. Claro que um bom docente não se faz com dois ou três anos de trabalho. Só se é um bom professor ao fim de dez, vinte anos de ensino. Eu sei que, nos primeiros anos, era uma docente que dava muita importância às noções teóricas e, por vezes, tinha dificuldade em perceber o verdadeiro nível de conhecimentos dos estudantes. Ao fim de alguns anos, vamo-nos apercebendo dessas falhas e vamos melhorando. E é realmente uma sensação maravilhosa perceber que estamos a abrir perspectivas novas e ver aquele “brilho” nos olhos em alguém que está a perceber o funcionamento de algo de que não tinha dado conta antes. Tenho tido também muita sorte, pois tenho tido saúde e energia, tenho podido dar aulas de pé, escrevendo no quadro, distribuindo exercícios, deslocando-me na sala para ver o que os estudantes vão fazendo, corrigindo-os, interpelando-os. Como podem imaginar, o ano de 2020 foi muito difícil ao nível da docência, pois dar aulas à distância ou dar aulas mistas, em zoom e presenciais, não tem sido uma tarefa entusiasmante.

Em resumo, a única coisa que realmente mudaria, se pudesse, ao nível da docência, era a experiência de 2020!

Em setembro deste ano, foi publicada uma notícia no jornal Público que descrevia o estado de envelhecimento da classe docente no ensino não-superior em Portugal. De acordo com os mais recentes dados da Direcção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC), cerca de 63% dos professores que estavam no quadro em 2018/2019 tinham idades iguais ou superiores a 50 anos. Na edição de 2019 do relatório Education at a Glance, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) estimava que só 1% dos professores portugueses tivesse menos de 30 anos. Paralelamente, no ensino superior a situação não é mais animadora, não havendo muitas vezes a renovação docente esperada nem o apoio necessário à investigação, o que faz com que muitos bons estudantes emigrem para trabalhar em universidades estrangeiras. Na sua opinião, será que esta

situação constitui não só um problema para a aprendizagem dos mais novos, como também um grave impedimento ao avanço da Ciência, neste caso da Sintaxe, em Portugal?

Houve e há um grave problema, em Portugal e na Europa em geral, de envelhecimento da classe docente no ensino superior. Perderam-se anos de investimento na formação das novas gerações. Nós deveríamos estar a preparar a camada mais jovem de investigadores e docentes na casa dos 25 / 30 anos, a camada que iria substituir daqui a uns anos, em todas as suas atribuições, os que hoje têm 40 / 45 anos e isto em todas as áreas. Contudo, o que temos em muitas faculdades do país é um corpo docente envelhecido, na ordem dos 60 anos, e não existe a tal camada intermédia.

No caso do Centro de Linguística da Universidade do Porto e da FLUP, tenho a sensação de que estamos a começar a preparar uma nova camada jovem de investigadores. Mas terão os jovens que hoje têm 25 / 30 anos acesso a uma carreira estável e duradoura no ensino superior e na FLUP em particular?

Como sabem, a FLUP tem, desde há anos, uma grave situação financeira. Porém, nem sempre foi assim, houve anos mais folgados, em que se poderia ter investido mais nas gerações mais novas. E por isso, distanciei-me, por vezes frontalmente, de orientações dos que nos dirigiram no passado, por não terem percebido que era necessário dar a mão a vários jovens que poderiam ser agora docentes ou investigadores de qualidade.

Essa é uma temática dolorosa para mim, porque, como sabem, arrisco-me a deixar a Faculdade de Letras sem um docente ou investigador em Sintaxe para me substituir, apesar de eu ter cumprido a minha função de orientação e de preparação de novas gerações. Orientei cerca de 40 dissertações de mestrado e orientei cinco teses de doutoramento já concluídas, estando a orientar ou a coorientar mais cinco teses de doutoramento em curso. Onde estão essas pessoas que eu orientei? Nenhuma está na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Algumas estão a fazer um excelente trabalho em escolas do Ensino Básico e Secundário ou no Politécnico e isso conforta-me um pouco. Mas outros não tiveram sorte, eu sei, e perdi muitos possíveis colaboradores...

Entre os vários projetos que integrou ao longo da sua carreira, qual terá sido aquele que, em termos de trabalho e descobertas, mais a estimulou?

Se por projetos querem dizer projetos financiados, eu fiz parte de alguns, mas não muitos. Sempre disse que na FLUP não fazia muito sentido elaborar projetos em que eu fosse o coordenador e o único investigador, pois não há sintaticistas para além de mim. Neste momento faço parte de um projeto na área da expressão da localização e da posse em

variedades do Português, sediado na FLUL, dirigido pelo Professor Tjerk Hagemeier, um projeto muito interessante, infelizmente algo atingido pela pandemia, mas que, mesmo assim, está a produzir materiais de muita qualidade.

Em termos de publicações coletivas, fiz parte de algumas - a *Gramática da Língua Portuguesa*, da Caminho, a *Gramática do Português*, da Fundação Calouste Gulbenkian, e o *Handbook of Portuguese Linguistics*, da Wiley-Blackwell – e todas foram importantes para mim. Contudo, tendo de escolher uma, a *Gramática da Língua Portuguesa*, que conheceu três edições (1983, 1989 e 2003), foi talvez a experiência coletiva mais importante da minha vida: eu era mais jovem, deslocava-me a Lisboa com frequência e as reuniões de trabalho, quase sempre em casa da querida e saudosa Professora Maria Helena Mateus, eram pontos de encontro e de troca de impressões que me fizeram crescer como linguista.

Uma atividade que me deixa também orgulhosa foi a direção da *Linguística, Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto*, depois de a Professora Graça Pinto ter deixado de ser diretora, no final do volume 4. A revista recebeu a colaboração de muitos linguistas nacionais e estrangeiros e penso que tem servido para mostrar o dinamismo do Centro de Linguística da Universidade do Porto na divulgação e promoção da investigação na nossa área.

A Senhora Professora foi, durante vários anos, Presidente da Associação Portuguesa de Linguística. Gostaríamos que nos falasse um pouco sobre o trabalho que desenvolveu dentro da Associação, sobre a importância que a APL tem ainda hoje, sobre o que é que sentiu que deixou feito e, eventualmente, por fazer e que rumo gostava de a ver tomar no futuro.

Fui Presidente da Associação Portuguesa de Linguística apenas num mandato de dois anos, porque, confesso, a parte burocrática, a parte financeira, a relação com os bancos, por exemplo, são assuntos que não me cativam. Porém, foi muito estimulante organizar dois encontros nacionais (com os colegas Antónia Coutinho, Alexandra Fiéis, João Veloso e Fátima Silva), editar um dos volumes de *Textos Seleccionados* (o primeiro foi inteiramente editado pela Antónia Coutinho e pela Alexandra Fiéis), organizar no Porto um encontro de todos os Centros de Linguística do país e em que tomámos algumas posições de defesa da Linguística perante a FCT.

Eu tenho uma relação muito especial com a Associação Portuguesa de Linguística: fiz parte da sua Comissão Instaladora em 1984; participei, com ou sem comunicação, em muitos dos seus encontros; fui convidada para fazer conferências plenárias duas vezes; fiz parte de

vários júris de atribuição de prémios. Tudo isto permitiu-me acompanhar a produção linguística em Portugal durante mais de quarenta anos e constatar o crescimento e a grande qualidade da investigação realizada. E, acima de tudo, fiz muitas amizades e tenho ótimas recordações de jantares e de belas conversas ao final do dia, às vezes com um copo de vinho na mão... Em 2020, fiz questão de assistir a muitas das comunicações do *XXXVI Encontro Nacional* e de participar no ato eleitoral, mas em zoom não tem o mesmo gosto. E fica o desejo de que os encontros voltem a ser presenciais, com abraços de verdade!

A Associação Portuguesa de Linguística tem de continuar a ser o que sempre foi, uma associação dos linguistas portugueses, em que todos se sintam bem, qualquer que seja a sua abordagem teórica, que promova a qualidade da investigação e que estimule a investigação dos mais jovens, mas sempre num diálogo entre gerações que, na minha perspetiva, tem sido uma imagem de marca desta associação.

A APL tomou posições públicas por diversas ocasiões, nomeadamente em relação à revisão dos programas da disciplina de Português no Ensino Básico e ao Acordo Ortográfico de 1990. Na opinião da Senhora Professora, esses temas são ainda polémicos? Ou haverá novas questões a dividir a opinião pública do ponto de vista linguístico?

Penso que esses continuam a ser os dois temas mais polémicos e que dividem as opiniões da sociedade portuguesa e também, embora em menor escala, dos próprios linguistas.

Em relação ao Acordo Ortográfico: a ortografia de uma língua é, como sabemos, sempre um ponto de equilíbrio entre a aproximação à pronúncia e a aproximação à etimologia. O Acordo de 1990, embora tente conciliar a vertente fonética e a vertente etimológica, claramente dá menos força à dimensão etimológica e, por isso, há linguistas e profissionais da língua portuguesa que estão contra ele. Os linguistas que estão habituados a olhar para diferentes grafias e que têm clara consciência de que a ortografia não é a língua são capazes de manifestar uma visão mais distante e fria em relação a tudo isto e, por essa razão, em geral, não se opõem ao Acordo. Além disso, veem nele uma tentativa de unificação da ortografia no todo da Comunidade de Países de Língua Portuguesa. É um pouco o meu caso. Embora não seja uma entusiasta do Acordo, cumpro-o há anos sem grande dificuldade. A Associação Portuguesa de Linguística, num determinado momento, manifestou-se contra o acordo, em parte porque há bases que vão contra um lado fonológico de acordos anteriores: por exemplo, ao não preconizar a acentuação em ‘pára’ e ao aproximar a grafia da forma

verbal à preposição ‘para’, o Acordo está de facto a minorizar uma diferença de carácter fonológico entre o chamado “a aberto” [a] e o chamado “a semiaberto” [α].

Passados estes anos, o que me impressiona são dois fenómenos distintos: o facto de esta questão ter sido tão mal conduzida do ponto de vista político e institucional e o facto de este acordo ter permitido algumas opcionalidades na ortografia, uma ideia que, de certo modo, é contrária à ideia de acordo e que tem levado, por parte de algumas pessoas a escreverem “n’importe qui”. Custa-me ver erros de ortografia em certos meios de comunicação, como em canais de televisão, por exemplo. O que me leva a outra questão. Mais importante, talvez, do que a discussão sobre o Acordo é a melhoria contínua do ensino da língua portuguesa, em que a ortografia ocupa um lugar importante, é certo, mas em que há muitos outros aspetos a considerar: a necessidade de um enriquecimento lexical ativo por parte dos alunos, a melhoria da sua competência sintática, o estímulo à leitura, entre outras competências. E isso aplica-se não só aos jovens, mas também a todos os profissionais que lidam com a língua portuguesa.

Em relação à revisão dos programas de Português no Ensino Básico, algumas propostas recentes das *Metas Curriculares* foram criticadas quer pela Associação Portuguesa de Linguística quer pelo Centro de Linguística da Universidade do Porto. As críticas foram de várias ordens: as *Metas* trouxeram uma redução considerável aos conteúdos gramaticais (deixaram de estar nos programas temas tão diversos como as relações semânticas de anterioridade, posterioridade e simultaneidade, os adjetivos relacionais, entre outros); certos conteúdos, dentro do mesmo ano de escolaridade, apresentam graus de dificuldade desiguais; e muitos outros aspetos, que não vale a pena estar aqui a discriminar e que puseram em causa o trabalho desenvolvido por linguistas e professores de Português durante décadas. Estive solidária com a Associação Portuguesa de Linguística e com o Centro de Linguística da Universidade do Porto, embora, confesso, nos últimos anos tenha estado afastada destas polémicas. Uma coisa me parece muito importante: há que unir esforços para melhorar a qualidade do ensino / aprendizagem da língua portuguesa, há que desenvolver cada vez mais o gosto pela leitura e pela escrita e contribuir para a reflexão sobre a gramática, pois sabemos hoje que tal reflexão não só melhora o desempenho oral e escrito da língua, como desenvolve o raciocínio abstrato.

Dado este momento na carreira da Senhora Professora, muito próximo do seu momento de jubilação, seria expectável perguntar o que virá depois desse momento. Por isso,

gostávamos de terminar esta entrevista surpreendendo-a com uma pergunta diferente. O que estaria agora a fazer a Senhora Professora Ana Maria Brito se não tivesse optado pela Linguística?

No futuro próximo, além de continuar a orientar algumas dissertações de mestrado e teses de doutoramento, vou tentar publicar alguns textos meus que ficaram por concluir nos últimos anos e, se tal for possível, continuar a ir a um ou dois congressos por ano.

Quanto ao que eu gostaria de ter feito se não fosse a Linguística... As línguas sempre me atraíram e lembro-me, desde muito pequena, de gostar de sons e de rimas, de saborear as palavras, de discutir com a avó sobre funções sintáticas e a divisão de orações em *Os Lusíadas!*...

Se pudesse escolher um talento, seria sem dúvida o da música. Há aliás uma relação íntima entre música e linguagem, como Roman Jakobson tão bem viu em *Linguistique et Poétique* e como Óscar Lopes, de maneira magistral, tão bem analisa nos seus ensaios sobre Eugénio de Andrade, designadamente no ensaio *Uma espécie de música*. Considero que a arte e a ciência são as duas manifestações humanas mais nobres. A música, em particular a de Bach e a de Mahler, só para escolher dois dos meus compositores preferidos, tem sobre mim o poder de me transcender, de me evadir do quotidiano, de fruir o que de mais belo e de mais profundamente sensível a natureza humana é capaz de produzir. Contudo, não tendo podido escolher a música, sinto-me bem a fazer investigação em Linguística.